

Minuta da ata da 51ª reunião extraordinária do comitê de bacia hidrográfica do Acaraú

Ao sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário de 08h00min às 12h00min, nas dependências do Centro de Educação a Distância de Sobral – CED, localizado na Rua Iolanda P. C. Barreto, nº 138, Bairro Derby Clube, Sobral – CE, CEP 62042-270, realizou-se a 51ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Acaraú (CBH-Acaraú), contando com a presença de representantes de **30 entidades membro**, conforme segue: Márcia Caldas – Secretaria de Recursos Hídricos (SRH); Amanda Maia Pereira Santiago – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE); João Dehon de Araújo – Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME); Fernando Cella Pinto – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Wevertonn Vasconcelos Rocha e Silva – Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA); Valdemir Mesquita de Sousa – Câmara Municipal de Santa Quitéria; José Camilo de Araújo – Câmara Municipal de Marco; José Chaves Neto – Câmara Municipal do Cariré; Everardo José de Paiva – Câmara Municipal de Cruz; Nayara de Sousa Moreira – Prefeitura Municipal de Monsenhor Tabosa; Patrícia Vasconcelos Frota – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); Mayara Carantino Costa e Eliano Vieira Pessoa – Instituto Federal do Ceará – Campus Sobral (IFCE); Francineide Mendes Paulo e Wagner Paiva Ferreira – Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Groaíras; Maria Odete Secundo – Associação Comunitária dos Moradores Remanescentes Quilombolas de Curralinho; José Camillo Freitas – Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais do Marco; José Almir Barros – Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Morrinhos; José Roberto Ximenes Farias – Associação Comunitária Cultural e Esportiva de Riacho das Carnáubas, Várzea da Maniçoba, Cajueiro e Veados; José Maria Vasconcelos – Cáritas Diocesana de Sobral; João Batista Silva Cruz – Sindicato de Trabalhadoras/es Rurais de Sobral; João Batista do Nascimento – Sindicato de Trabalhadoras/es Rurais de Massapê; Ana Paula do Nascimento e Francisco Cleiciano da Silva – Conselho Indígena Tremembé de Queimadas; Luísa Nascimento de Melo – Associação Indígena Tabajara Serra das Matas; Francisca Zélia Sousa Silva – Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE); Adilson Barbosa Costa – Via Coco Industrial; Rosa de Lourdes Carneiro Paula – Votorantim; Marcos Luan dos Santos Lima – Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR); Fábio Rodrigo de Jesus Junqueira – Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú (DIBAU); Francilene Lima de Maria Trajano – Associação Comunitária Tomás Severiano da Silva; Adauto Eleotério Araújo – Associação dos Moradores do Distrito de Arariús; e Ronaldo Moraes do Nascimento – Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição. Também estiveram presentes representantes do público externo: Manuel Rocha – ACOMARQ; Francisca Cristiane – Secretaria de Recursos Hídricos e Agropecuária de Meruoca; Ana Angélico – Indústrias Nucleares do Brasil (INB); Vanusa R. da Silva – Associação Pedro Guimarães; Auricélia Alves Maciel – Associação de Moradores do Norte; Herculano José Davi – Secretaria de Agricultura de Meruoca; José Viana Filho – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Meruoca; Alberto Gomes Santos – CAGECE Meruoca; Lucas Alan – Câmara Municipal de Marco; Vanessa Maria Rodrigues e Josefa Araújo – Prefeitura de Alcântaras (SEDARH); Lílian Félix Borges – Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); José Werique de

46 Farias – Cruz; Tatiane Lima Batista – Universidade Federal do Ceará (UFC); Daniel
47 Camilo – FUNCEME; Daniela Costa da Silva – UVA; Hiago Gomes, Genário Fonseca e
48 Leandro Silveira – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH). A reunião
49 teve como pauta: 1) Posse da Comissão Gestora do Açude Jenipapo; 2) Apresentação do
50 Plano de Secas do Vale do Acaraú – Projeto Cientista Chefe; 3) Diálogo sobre o Plano da
51 Região Hidrográfica do Acaraú; 4) Situação dos Projetos do Procomitês; e 5) Informes
52 gerais. Dando continuidade à reunião, a presidenta Patrícia Vasconcelos Frota conduziu
53 um momento solene para a posse dos membros da Comissão Gestora do Açude
54 Jenipapo, ocasião em que foi realizada a leitura da Resolução nº 04/2025, de 06 de
55 agosto de 2025, e, em seguida, conferida oficialmente a posse aos referidos membros. Na
56 oportunidade, foi realizada a entrega dos certificados aos membros da Comissão Gestora
57 presentes na reunião, sendo eles: Francisca Cristiane de Sousa Liberato, representante
58 da Secretaria de Recursos Hídricos e Agropecuária; Josefa Araújo Portela, representante
59 da SEDARH de Alcântara; José Viana Filho, representante do Sindicato dos
60 Trabalhadores Rurais de Meruoca; Vanusa Rodrigues da Silva, representante da
61 Associação Pedro Guimarães; Alberto Gomes Santos, representante da CAGECE;
62 Ronaldo Moraes do Nascimento, representante da Associação Nossa Senhora da
63 Conceição; e Auricélia Alves Maciel Mendonça, representante da Associação dos
64 Moradores do Norte da Palestina. Dando prosseguimento à reunião, a presidenta Patrícia
65 Vasconcelos consultou a plenária sobre a possibilidade de inverter a ordem dos pontos de
66 pauta, de modo que Márcia Caldas, representante da Secretaria de Recursos Hídricos
67 (SRH), pudesse iniciar sua apresentação. Não havendo objeções, a palavra foi concedida
68 à referida representante, que iniciou se apresentando e, em seguida, abordando o tema
69 Procomitê, destacando tratar-se de um programa nacional de fortalecimento dos comitês
70 de bacia, cuja verba é oriunda da Agência Nacional de Águas (ANA), por meio do
71 alcance de metas. Esclareceu que o programa destina um valor anual de R\$ 500.000,00
72 por Estado, quantia que é posteriormente dividida entre os comitês estaduais. Informou
73 que a primeira parcela foi recebida em 2019, por ocasião da assinatura do contrato, e
74 que, ao longo do programa, foram repassadas mais cinco parcelas vinculadas ao
75 cumprimento de metas, totalizando o montante de R\$ 3.000.000,00. Ressaltou que o
76 programa teve duração de cinco anos, sendo encerrado em 2023 em função do
77 atingimento das metas estabelecidas, e que os recursos não podem ser contingenciados
78 pelo Estado, devendo ser aplicados exclusivamente nos colegiados ou comitês de bacia
79 ou conselhos de recursos hídricos. Informou ainda que o contrato se encerrou em 30 de
80 setembro de 2024, mas, considerando haver saldo em caixa, foi solicitado aditivo com
81 vigência até 30 de setembro de 2026. Na sequência, destacou que, ao final do ano de
82 2024, o saldo em caixa era de R\$ 3.019.000,00, tendo sido gastos, no mesmo ano, R\$
83 557.000,00, reforçando que tais valores se referem ao total do programa, e não
84 especificamente ao CBH-Acaraú. Para o exercício de 2025, está projetado um gasto no
85 valor de R\$ 1.190.000,00. Em seguida, Márcia Caldas apresentou os contratos
86 relacionados aos veículos, destacando que houve um novo aditivo de prazo com vigência
87 até 17 de outubro de 2025. Ressaltou que os comitês deverão se manifestar caso
88 desejem continuar utilizando os veículos do Procomitê e que, por se tratar de um serviço
89 contínuo, poderá ser realizado um novo aditivo de prazo e valor. Informou que, até o
90 momento, o contrato com os veículos resultou em um gasto total de R\$ 909.000,00. Neste

91 momento, Adilson Barbosa questionou sobre a quantidade de veículos contemplados no
92 contrato, ao que Márcia respondeu que não há um número específico de carros definido,
93 pois o fornecedor atende conforme a demanda e o tipo de veículo, podendo incluir sedan,
94 van ou ônibus. Márcia Caldas prosseguiu detalhando os gastos específicos do CBH-
95 Acaraú, apresentando o consumo de quilometragem e os valores correspondentes
96 conforme a divisão inicial: 5.000 km de carro sedan, 5.000 km de carro 7 lugares, 833 km
97 de van e 833 km de ônibus para cada comitê. Informou que, no período de janeiro a junho
98 de 2025, o CBH-Acaraú utilizou 9.963 km de carros sedan, totalizando R\$ 53.000,00; 804
99 km de carro 7 lugares; 186 km de van; e não houve utilização de ônibus, resultando em
100 um gasto total de R\$ 59.401,00. Neste momento, Patrícia Vasconcelos Frota perguntou a
101 Márcia Caldas se, caso o comitê tivesse interesse em realizar o novo aditivo, seria
102 possível manifestar-se naquele momento, considerando que o contrato vigente vai até
103 outubro de 2025 e que existem projetos a serem executados posteriormente a essa data.
104 Ressaltou a importância de que a manifestação fosse feita o quanto antes, a fim de
105 viabilizar as providências necessárias. Em resposta, Márcia Caldas afirmou que também
106 iria sugerir tal encaminhamento, inclusive pelo fato de que, constando em ata a
107 deliberação da plenária pela realização do aditivo de prazo, o valor seria posteriormente
108 repercutido pelo setor jurídico. Ressaltou que, caso o comitê desejasse estipular
109 previamente um valor, não haveria impedimento. Diante disso, Patrícia Vasconcelos Frota
110 encaminhou consulta à plenária sobre o interesse do comitê em realizar o aditivo,
111 possibilitando assim a prorrogação da contratação dos veículos para uso. A plenária
112 manifestou-se favorável de forma unânime. Na sequência, Patrícia apresentou uma
113 segunda questão: considerando que o comitê encontra-se com saldo negativo, e que há
114 saldo disponível nas categorias de van e ônibus, questionou se seria possível o repasse
115 desse saldo de uma categoria para outra e, adicionalmente, se, havendo necessidade, os
116 recursos financeiros atualmente destinados a projetos poderiam ser utilizados para
117 complementar o saldo referente aos veículos. Márcia respondeu que tal utilização é
118 possível, esclarecendo que, nesse caso, o saldo total do CBH-Acaraú seria reduzido, com
119 aumento proporcional dos gastos na rubrica de carros. Em seguida, Márcia apresentou à
120 plenária o panorama das demandas de projetos do CBH-Acaraú, ressaltando que o
121 contrato referente aos eventos contempla apenas a opção de *coffee break*, lembrando
122 que é importante que este seja solicitado com a devida antecedência. Nesse momento,
123 Patrícia pediu a palavra e destacou que possuía uma dúvida. Considerando que o
124 contrato não previa a oferta de almoço, mas que o recurso do Procomitê pode ser
125 utilizado para alimentação de forma geral, questionou: nos projetos já executados, que
126 tiveram parte das despesas de alimentação custeadas pela COGERH, quando foi enviado
127 o orçamento, as refeições estavam previstas pelo Procomitê; diante disso, entende-se
128 que haverá alteração, uma vez que a COGERH cobriu parte desses gastos. Em seguida,
129 fez uma segunda pergunta: por que não é possível o atendimento de almoço, se o
130 Procomitê pode custear despesas com alimentação? Em resposta, Márcia esclareceu que
131 os gastos custeados pela COGERH não serão debitados do saldo do Comitê, sendo que
132 apenas as despesas efetivamente pagas pelo Procomitê entram na contabilização.
133 Explicou que o motivo de o contrato contemplar apenas o serviço de *coffee break* é que,
134 para incluir almoço, seria necessária a elaboração de um Termo de Referência específico
135 e a realização de cotação própria para este fim. Acrescentou que, entre todos os comitês,

136 apenas o CBH Acaraú havia solicitado a inclusão de almoço, o que não justificaria a
137 alteração contratual, visto o baixo volume de demanda. Concluiu reforçando que o
138 contrato atual permite atender apenas coffee break, enquanto almoço e jantar não são
139 contemplados, sendo necessária licitação específica para a contratação desses serviços.
140 Dando sequência à sua apresentação, Márcia abordou o tema de passagens e
141 hospedagens, informando que o CBH Acaraú possui atualmente três demandas em
142 andamento. O primeiro item refere-se ao Conselho Indígena dos Tremembé, para
143 participação em evento em Brasília, no período de 25 a 27 de agosto, envolvendo duas
144 pessoas. Destacou que o processo para aquisição das passagens e hospedagem já foi
145 aberto. O segundo pedido diz respeito às professoras Patrícia e Mayara, que
146 apresentarão trabalho no XXVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, a ser realizado
147 de 23 a 28 de novembro. Nesse caso, há dois processos: um para compra de passagens
148 e hospedagem, e outro para o pagamento da inscrição no evento, sendo que esta última
149 já possui nota de empenho emitida e encontra-se bem encaminhada. O terceiro item trata
150 do evento “Água e Sustentabilidade”, para o qual foram solicitadas duas passagens e
151 hospedagens destinadas a palestrantes. Ressaltou que, neste caso, ainda não foi iniciado
152 o processo, pois está sendo aguardada a definição da data e do local do evento. Em
153 seguida, destacou o projeto “Seca em Jogo”, cuja proposta consiste na aquisição de 30
154 unidades do jogo. Informou que está aguardando o recebimento de orçamentos para a
155 elaboração do Termo de Referência, ressaltando a dificuldade encontrada em localizar
156 gráfica que realize a confecção completa do jogo, e não apenas de suas partes
157 separadas. Em relação aos materiais, destacou que, para as camisas dos projetos, está
158 aguardando o envio de orçamento por parte do fornecedor para abertura da cotação.
159 Sobre luvas, máscaras, caixas de canetas, pastas com elástico, fitas gomadas e pincéis,
160 a cotação eletrônica está sendo preparada. Já as resmas de papel A4 serão adquiridas
161 por meio de Ata de Registro de Preços. Incluiu ainda cartolinas e luvas descartáveis, cuja
162 cotação eletrônica também está sendo preparada, bem como sacolas plásticas, que serão
163 solicitadas por Ata de Registro de Preços. Nesse momento, Patrícia interveio e destacou
164 que o projeto “Água e Sustentabilidade” já está em execução e que esses materiais
165 mencionados estão sendo fornecidos pela COGERH. Questionou, portanto, se seria
166 necessário prosseguir com a cotação, considerando que, quando o processo de compra
167 for finalizado, o projeto já estará encerrado. Ressaltou, assim, a necessidade de avaliar o
168 cronograma, uma vez que parte dessas ações já não apresenta demanda concreta, pois o
169 material foi disponibilizado pela COGERH. Em resposta, Márcia informou que, como a
170 cotação ainda não foi aberta, caso fosse decisão do Comitê, poderia ser retirada do
171 processo. Nesse momento, Eliano Vieira ponderou: “Esse material está sendo pego na
172 COGERH. A COGERH não vai precisar dessa reposição?”. Observou que, diante da
173 demora no trâmite, talvez fosse mais viável manter a aquisição para utilização em projetos
174 futuros, evitando iniciar todo o processo novamente. Sugeriu, assim, que se considerasse
175 a devolução dos materiais à COGERH e, caso surgissem novas demandas no próximo
176 ano, já haver disponibilidade. Patrícia, por sua vez, afirmou que esse ponto deveria ser
177 deliberado, ressaltando que, em seu entendimento, o material fornecido pela COGERH foi
178 disponibilizado e não doado, não havendo, portanto, necessidade de reposição.
179 Acrescentou ainda que, caso esse material seja adquirido, o pagamento será efetuado
180 com recursos do Procomitê e, uma vez incorporado ao estoque, poderia ser utilizado em

181 projetos futuros, como os previstos para 2026. Questionou, entretanto, se, do ponto de
182 vista institucional, tal prática seria possível. Na sequência, indagou se Hiago poderia se
183 manifestar, sugerindo que, caso fosse o momento oportuno para deliberação, a decisão
184 sobre a continuidade ou não da cotação fosse tomada imediatamente. Hiago respondeu
185 que, de fato, o material cedido pela COGERH foi fornecido sem a necessidade de
186 reposição, ressaltando que, enquanto Secretaria Executiva, a COGERH recebe materiais
187 destinados ao consumo e às atividades das gerências com o objetivo de dar suporte às
188 ações do Comitê de Bacia, e esses projetos estão inseridos nesse âmbito. Explicou que a
189 eventual aquisição desses materiais, no caso em questão, seria realizada com recursos
190 do Procomitê, que estão sob gestão da SRH, de forma que a compra seria efetivamente
191 feita pela SRH. Observou que, embora seja possível transferir posteriormente esses
192 materiais para a COGERH, tal procedimento envolve trâmites patrimoniais e questões
193 burocráticas. Acrescentou ainda que a COGERH não conseguiu atender integralmente à
194 demanda, e que o material vem sendo entregue de forma parcial. Diante disso, sugeriu a
195 elaboração de um cronograma detalhado das necessidades, a fim de verificar se a
196 COGERH terá condições de suprir toda a demanda por conta própria ou não, apontando
197 que poderia ser mais prudente manter o processo de contratação para garantir o
198 atendimento total. Hiago ainda destacou que os órgãos públicos são obrigados,
199 anualmente, a estabelecer um Plano Anual de Contratações (PAC) para o exercício
200 seguinte. Dessa forma, a própria COGERH terá limitações quanto à aquisição de resmas
201 de papel e demais materiais de consumo, de acordo com o que foi previsto no PAC do
202 ano anterior. Por esse motivo, considerou interessante manter a cotação. João Dehon
203 pediu a palavra e questionou até quando poderia ser utilizado o orçamento apresentado e
204 como se daria o processo de renovação, considerando que a maioria dos projetos possui
205 duração anual. Indagou se já existe alguma previsão para o próximo ano, se haverá
206 renovação do Procomitê e de que forma funciona a destinação dessa verba. Em resposta,
207 Márcia esclareceu que o recurso permanecerá disponível até que o Comitê finalize sua
208 utilização, estando programado, no momento, um aditivo com vigência até 30 de
209 setembro de 2026. Explicou que a ideia é que, até o final do ano, quando já houver
210 clareza sobre o montante efetivamente gasto, será feito um retorno aos Comitês para
211 apresentar o saldo existente, possibilitando uma nova deliberação. Ressaltou ainda que,
212 caso em setembro ainda exista saldo disponível, poderá ser solicitado um novo aditivo, de
213 forma a garantir a execução integral dos recursos. Destacou, por fim, que os valores não
214 retornam à União, permanecem no Estado, mas sua utilização depende da vigência
215 contratual. Finalizando sua apresentação, Márcia perguntou se havia mais alguma dúvida.
216 Patrícia agradeceu a presença e observou que alguns projetos se estenderão até 2026.
217 Para fins de encaminhamento, apresentou uma questão objetiva: *“Se continuamos com a
218 cotação do jeito que está, de forma que, quando esses materiais forem adquiridos,
219 possamos implementá-los nos projetos futuros, ou se retiramos da cotação os projetos
220 que já estão sendo executados, nos quais a COGERH já cedeu o material?”* Nesse
221 momento, Mayara destacou a importância de reavaliar a quantidade de materiais.
222 Patrícia, então, enfatizou que havia agora três propostas para deliberação. Em seguida,
223 Zélia Sousa ressaltou a fala da professora Mayara, ponderando que, caso os materiais
224 sejam mantidos, pode haver falta em outra frente de necessidade. Acrescentou que, como
225 esses materiais já foram disponibilizados, acredita que não haverá nova utilização, o que

226 configuraria uma nova cotação e, portanto, os recursos poderiam ser destinados a outro
227 uso. Na sequência, Neto Chaves levantou uma dúvida sobre o material cedido pela
228 COGERH, questionando se, ao adquirir novamente os mesmos itens para o mesmo
229 projeto, não haveria uma duplicidade de doação. Hiago esclareceu que o material
230 fornecido pela COGERH se trata de material de consumo, não sendo uma doação ao
231 projeto em si. Ressaltou que essa é uma aplicação da COGERH, que, enquanto
232 Secretaria Executiva, tem como atribuição dar suporte aos Comitês, incluindo os projetos
233 apoiados por eles. Assim, não se trata de uma doação específica, mas de recursos
234 disponibilizados pela COGERH para utilização tanto nas atividades técnicas da
235 Companhia quanto nas ações de suporte aos Comitês. Dando sequência, Patrícia
236 apresentou três propostas para deliberação da plenária: a primeira consistia em manter a
237 cotação como está na SRH, com os mesmos valores e quantidades; a segunda em
238 manter a cotação, porém com alteração das quantidades; e a terceira em retirar da
239 cotação o que já havia sido atendido pela COGERH. Nesse momento, a plenária
240 observou que as propostas segunda e terceira poderiam ser entendidas como
241 semelhantes. Diante disso, a Professora Mayara pediu a palavra e esclareceu que a
242 segunda proposta se refere à reavaliação das quantidades, podendo-se concluir pela
243 necessidade de diminuição ou manutenção, enquanto a terceira proposta corresponde à
244 retirada integral dos materiais, tendo em vista que o projeto já foi executado. Antes de
245 colocar em votação, Patrícia destacou que, caso a segunda proposta fosse a vencedora,
246 seria necessária a realização de uma reunião específica para proceder à reavaliação,
247 tendo em vista que se trata de um processo mais demorado, que requer análise detalhada
248 de planilhas, quantidades e demais informações pertinentes. Em seguida, Patrícia
249 submeteu as propostas à votação, sendo a primeira proposta aprovada com 14 votos, a
250 segunda proposta com 13 votos e a terceira proposta com 3 votos. Assim, encerrada a
251 apresentação da representante da SRH, Márcia, Patrícia deu sequência à pauta da
252 reunião, convidando os professores Daniela Costa, Daniel Camilo e Tatiane Lima para
253 realizarem a apresentação do Programa Cientista Chefe. A equipe iniciou se
254 apresentando e, em seguida, a professora Daniela deu início à apresentação da proposta,
255 que trata do Plano de Seca do Vale do Acaraú. Destacou que a exposição seria
256 conduzida em quatro momentos: os projetos do Programa Cientista Chefe, a metodologia,
257 a composição do plano e o cronograma. Iniciando a explanação, apresentou o Programa
258 Cientista Chefe, ressaltando que se trata de uma iniciativa vinculada à FUNCAP –
259 Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, responsável
260 pelo financiamento de pesquisas no Estado do Ceará. Explicou que a FUNCAP idealizou
261 o Programa com o objetivo de aproximar pesquisadores e universidades do campo das
262 políticas públicas, contemplando diversas áreas, como educação, saúde e recursos
263 hídricos. Nesse contexto, informou que a proposta em discussão está inserida no âmbito
264 do Cientista Chefe de Recursos Hídricos e, dentro desse escopo, são desenvolvidos
265 diversos projetos, entre os quais citou o Projeto Alocar (Alocação de Água), o Plano de
266 Seca nos Hidrossistemas (em articulação com as Comissões Gestoras e os Comitês de
267 Bacia Hidrográfica), o Plano de Seca das Regiões Hidrográficas e o Plano de Seca de
268 Distintos Usos (voltado a cidades, irrigação, entre outros), destacando, contudo, que a
269 presente apresentação terá como foco o Plano dos Vales Perenizados. Em seguida,
270 destacou que o trabalho estaria direcionado ao Vale do Acaraú, no qual se vinculam

271 quatro grandes reservatórios: Araras – quarto maior açude em capacidade de acumulação
272 do Estado do Ceará –, Edson Queiroz, Taquara e Ayres de Sousa. Ressaltou que esses
273 açudes, em conjunto, não apenas atendem às demandas das áreas em seu entorno,
274 como também garantem a perenização dos rios a jusante, contribuindo para o
275 abastecimento de diversas sedes municipais e para o suporte aos perímetros irrigados da
276 região. Dando sequência, a professora Daniela apresentou as características do Plano de
277 Seca, destacando que o plano tem como objetivo transformar a gestão de crise em uma
278 gestão proativa, baseada na gestão de riscos. Ressaltou que, embora não seja possível
279 prever exatamente quando a seca ocorrerá, sabe-se que ela é uma realidade recorrente
280 devido às características climáticas da região, sendo, portanto, necessário planejar e se
281 antecipar aos seus efeitos. Em sua explanação, ressaltou que tais planos buscam romper
282 com os ciclos hidrológicos recorrentes e promover a antecipação das ações, razão pela
283 qual recebem a denominação de planos proativos, significando a necessidade de planejar
284 e pensar estratégias de enfrentamento da seca antes mesmo que esta manifeste seus
285 primeiros efeitos. Na sequência, apresentou a diferenciação entre os planos de recursos
286 hídricos das regiões hidrográficas e o plano de gestão proativa de seca. Explicou que o
287 primeiro possui caráter de longo prazo, voltado à segurança hídrica, contemplando a
288 gestão da oferta, da demanda e dos conflitos. Já o segundo, o Plano de Seca, independe
289 de ser direcionado a um hidrossistema, a uma região hidrográfica ou a um vale, pois tem
290 natureza de curto prazo, caracterizando-se como um planejamento operacional. Nesse
291 sentido, destacou que a lógica consiste em refletir: “se a seca ocorrer no próximo ano, o
292 que temos hoje para enfrentá-la?”. Ressaltou, ainda, que o Plano de Seca não prevê
293 proposições de construção de novos reservatórios ou de medidas estruturantes de longo
294 prazo, mas sim estratégias que permitam à gestão não ser surpreendida, caso a seca se
295 manifeste em um futuro próximo. Em seguida, foi apresentada a metodologia e as fases
296 do Plano, estruturadas em três etapas: diagnóstico, planejamento e execução. O
297 diagnóstico contempla as percepções e memórias (o que já se tem, quais experiências
298 foram vividas no Vale), os impactos e vulnerabilidades provocados ou intensificados pela
299 seca, bem como os conflitos gerados, analisando tanto os aspectos sociais quanto os
300 hídricos. O planejamento envolve a análise da oferta e da demanda de água
301 (identificando, por exemplo, situações em que algum usuário deixou de ser atendido), o
302 balanço hídrico, a definição dos cenários de seca (estágios, gatilhos e metas de
303 resposta). Já a execução corresponde à aplicação prática do Plano, na qual serão
304 estabelecidas ações específicas para cada estado da seca: o que deve ser feito antes do
305 início do fenômeno, quais medidas devem ser adotadas quando os primeiros sinais se
306 manifestarem, além da sistematização das experiências anteriores que servirão de
307 referência para o futuro. Quanto à construção do Plano de Gestão Proativa de Seca do
308 Vale do Acaraú, destacou-se que o processo foi estruturado em etapas. O primeiro
309 momento consistiu em uma conversa com a COGERH para compreender as experiências
310 no Vale: onde a seca começou, onde terminou, quais áreas foram mais afetadas e como
311 se deu o processo de alocação naquele período. O segundo momento corresponde a esta
312 apresentação ao Comitê. Em seguida, haverá a realização da 1ª oficina, em formato de
313 roda de conversa, para a construção do diagnóstico. A 2ª oficina será destinada à
314 apresentação do diagnóstico e à definição dos estados de seca. A 3ª oficina abordará a
315 aplicação da metodologia “Seca em Jogo” e a elaboração do plano de ação. Na

316 sequência, ocorrerá um encontro para a apresentação e validação do Plano com o grupo
317 ampliado e, por fim, a apresentação e discussão do Plano no Comitê de Bacia, para sua
318 validação final ou não da proposta. Na sequência, destacou os grupos envolvidos no
319 processo. Considerando que o foco do Plano é o Vale do Acaraú, foi definido que a
320 Comissão da Câmara Temática de Operação do Vale do Acaraú será o espaço central de
321 discussão do Plano. Além disso, haverá o Grupo de Apoio à Modelagem Colaborativa,
322 composto por pessoas que conheçam bem os usos da água no Vale e o território, a fim de
323 contribuir com o debate metodológico. Esse grupo será formado por um representante da
324 COGERH, três usuários e a equipe do Programa Cientista Chefe. Em seguida, mencionou
325 o Grupo Ampliado, que será constituído pelos participantes da Comissão de
326 Acompanhamento do Vale (Câmara Temática de Operação), acrescidos de outros
327 convidados a serem mapeados, como irrigantes, pequenos produtores, comunidades,
328 entre outros. Por fim, ressaltou também o envolvimento do Comitê da Bacia Hidrográfica e
329 da Gerência Regional da COGERH no processo. Ressaltou que as três pessoas que irão
330 compor o Grupo de Apoio à Modelagem serão escolhidas pelo Comitê e questionou se
331 desejavam realizar a escolha naquele momento ou se preferiam refletir melhor e
332 encaminhar posteriormente. Em seguida, passou a palavra ao professor Daniel, que
333 apresentou a metodologia de elaboração do Plano, destacando que uma das etapas
334 desse processo consiste em realizar o chamado “ajuste coletivo do relógio da seca”.
335 Explicou que uma das maiores preocupações é identificar quando a seca vai se
336 manifestar, uma vez que, normalmente, sua percepção só ocorre quando os impactos já
337 estão em curso, surpreendendo a todos e limitando as possibilidades de resposta devido
338 à falta de planejamento prévio. O que está sendo proposto, portanto, é justamente esse
339 planejamento. Para compreender o planejamento, é necessário entender em que
340 momento a seca chega, e, para isso, utiliza-se a analogia de um relógio. Assim, torna-se
341 essencial observar esse “relógio” e realizar o ajuste coletivo, seja pelo Comitê, seja pela
342 Câmara Temática, de modo a reconhecer o momento de chegada da seca. Esse ajuste
343 será feito por meio de simulações, conduzidas junto com o Grupo de Apoio à Modelagem.
344 Ressaltou ainda que uma das características marcantes do Vale do Acaraú é a existência
345 de múltiplas interlocuções entre açudes e demandas, de forma que uma mesma demanda
346 pode ser atendida por diversos reservatórios, ao contrário do que ocorre em sistemas
347 isolados, em que uma demanda específica é suprida por apenas um açude. Assim, para
348 que o “relógio” possa ser ajustado, será necessário observar as demandas e avaliar por
349 quanto tempo cada uma delas poderá ser atendida. O ajuste será feito a partir desses
350 centros de demanda e, ao final, a caracterização da seca no Vale levará em consideração
351 a situação de cada uma dessas demandas. Destacou, portanto, que em determinados
352 momentos poderão existir usuários distintos dentro da bacia vivenciando estágios
353 diferentes de seca, em razão de serem atendidos por reservatórios diferentes. Na
354 sequência, a professora Daniele complementou a explicação da metodologia, trazendo o
355 detalhamento das ações que serão previstas no Plano. Destacou que as ações poderão
356 variar em severidade conforme o estado de seca, havendo medidas comuns e específicas
357 para cada centro de demanda. Explicou que tais ações poderão ser sistematizadas em
358 uma tabela organizada, contendo: o tipo de impacto, o problema identificado, as ações
359 propostas, a descrição das ações, os responsáveis pela implementação e, por fim, a
360 classe de ação (comum ou específica). Pontuou ainda que o Plano será estruturado em

361 duas partes, embora compondo um único documento: a primeira parte, referente ao
362 Diagnóstico, incluirá a caracterização geral do Vale, as percepções e impactos relativos à
363 seca, os conflitos sociais, as vulnerabilidades e as respostas aos problemas provocados
364 pela seca; já a segunda parte, correspondente ao Plano de Ações, analisará o
365 comportamento dos reservatórios no contexto da seca e definirá as medidas a serem
366 adotadas e as formas de sua implementação. Por fim, apresentou a proposta de
367 cronograma de atividades a serem desenvolvidas ao longo da construção do Plano. Na
368 sequência, a senhora Luísa solicitou a palavra, parabenizou a equipe pela iniciativa e fez
369 uma reflexão sobre a importância do planejamento diante das recorrentes situações de
370 seca. Ressaltou que já vivenciou diversos momentos de escassez e que a seca está
371 sempre presente na vida das comunidades do semiárido. Destacou que a experiência de
372 quem vive em regiões onde ainda há água disponível é diferente da vivida por aqueles
373 que convivem com a total ausência, reforçando que quem ainda tem acesso precisa
374 compreender que essa disponibilidade pode ser temporária e assumir sua
375 responsabilidade no uso coletivo. Apontou que muitas vezes prevalece a lógica da
376 produção individual, voltada ao lucro, sem a devida preocupação com as próximas
377 gerações que também necessitarão desse recurso. Trouxe a reflexão de que, em
378 determinadas localidades, a sobrevivência depende de poços, que representam agressão
379 ambiental e desperdício de recursos públicos ou do abastecimento por carros-pipa,
380 destacando a importância desse programa, considerado uma verdadeira salvação para a
381 população do Nordeste. Afirmou ainda que o plano apresentado é muito importante, mas
382 reconheceu a dificuldade de sua execução diante da postura de muitas pessoas que não
383 assumem seu papel na preservação da água e do meio ambiente. Ressaltou que a pouca
384 água disponível convive com práticas nocivas, como o desmatamento da capoeira, a
385 derrubada da jurema que ajuda na proteção do solo e a queima indiscriminada, o que
386 agrava o quadro de seca. Também criticou o acúmulo de lixo e a poluição ambiental,
387 práticas que contribuem para a degradação da natureza. Por fim, destacou que é preciso
388 agir imediatamente, sem esperar apenas por planos de longo prazo, pois a mudança
389 depende da transformação das atitudes humanas no presente. Em seguida, o senhor
390 José Maria pediu a palavra, agradeceu à professora Daniele e à equipe pela iniciativa,
391 ressaltando tratar-se de um momento muito importante na história e na vida do Comitê.
392 Recordou que, em secas passadas, muitas dificuldades foram enfrentadas sem um
393 planejamento adequado, o que reforça a relevância dessa iniciativa. Destacou que a seca
394 não afeta apenas a população da zona rural, mas também as cidades, que não podem
395 ficar de fora do processo, devendo igualmente assumir sua responsabilidade. Ressaltou
396 ainda o papel fundamental dos entes públicos e sugeriu que seja pensada a realização de
397 uma oficina específica voltada para gestores públicos e câmaras municipais, de modo a
398 possibilitar maior intervenção local e respaldo legal às ações. Como contribuição prática,
399 sugeriu que se possa refletir sobre a possibilidade de que, a partir de 2026, novas
400 construções públicas ou privadas em municípios com capacidade igual ou superior a 100
401 pessoas passem a considerar em seus projetos medidas de captação e reúso da água,
402 como forma de colaborar na redução dos impactos da seca. Reforçou, por fim, que a
403 participação das cidades é fundamental nesse processo. Em seguida, Patrícia perguntou
404 sobre o cronograma, se seria fixo ou se o Comitê poderia sugerir ajustes. Daniele
405 respondeu que havia abertura para propostas. Aproveitando, Patrícia questionou a

406 plenária se desejavam já definir os nomes para acompanhar o Plano ou se preferiam
407 deixar para outro momento. Destacou que o Comitê possui a Câmara Temática do Vale,
408 mas que ela precisaria ser atualizada, considerando a saída de alguns membros. Na
409 sequência, apresentou um segundo ponto, já discutido previamente no grupo de
410 WhatsApp do Comitê: entre os dias 8 e 13 de setembro, em Vitória/ES, será realizado o
411 26º Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas – ENCOB, cujo tema será
412 *“Emergência Climática: povos e territórios. A água é o que nos une”*. Informou que a
413 diretoria sugeriu dois nomes para representar o Comitê, mas reforçou que a escolha seria
414 aberta a todos os membros interessados e que seria necessária a deliberação na
415 plenária. As duas vagas deveriam ser definidas ainda na reunião para encaminhamento à
416 COGERH. As indicações da diretoria foram: Francilene Lima, da Associação Comunitária
417 Severino da Silva, representando o grupo de mulheres e contribuindo nas discussões
418 sobre gênero no ENCOB; e Valdemir Mesquita, da Câmara Municipal de Santa Quitéria,
419 que pretendia levar ao encontro debates ambientais, em especial a preocupação com a
420 mina de Itataia, ressaltando que seus impactos não se restringem apenas a Santa
421 Quitéria, mas a todo o território. Patrícia reforçou o convite à plenária para que outros
422 interessados se manifestassem, mas não houve novas candidaturas. Assim, Francilene e
423 Valdemir foram chamados a se apresentar. Valdemir destacou sua motivação em
424 participar do encontro, ressaltando a importância de dar visibilidade nacional à
425 problemática da mina de Itataia, além de compartilhar experiências do Comitê. Francilene,
426 por sua vez, enfatizou a responsabilidade de representar o Comitê em um evento
427 nacional, destacando a relevância do protagonismo feminino e a oportunidade de adquirir
428 e compartilhar conhecimentos. Por fim, Patrícia justificou a escolha dos nomes pela
429 diretoria, explicando que se buscou garantir a paridade de gênero, incluir pessoas que
430 ainda não haviam participado do ENCOB e assegurar que a experiência fosse ampliada
431 para além da diretoria. Ressaltou que a intenção é que todos os membros tenham
432 oportunidade de participar de eventos e atividades representando o Comitê. Nesse
433 momento, Patrícia perguntou mais uma vez se havia outros interessados em participar do
434 ENCOB. Como não houve manifestações da plenária, indagou se todos e todas estavam
435 de acordo com a participação de Francilene e Valdemir. A proposta foi aprovada por
436 unanimidade pelos presentes. Em relação à Câmara de Operação, Patrícia destacou a
437 necessidade de indicação de dois representantes do poder público (titular e suplente),
438 tendo em vista a saída de membros anteriores, seja por opção pessoal ou por mudanças
439 na gestão. Nesse momento, indagou se alguma prefeitura presente teria interesse em
440 assumir, de modo que a substituição pudesse ser feita já naquela reunião, ressaltando
441 que, caso a vaga permanecesse em aberto, o tema poderia retornar como pauta em
442 reunião futura. Ficou definido pela plenária a exclusão dos representantes da Prefeitura
443 Municipal de Groaíras, sendo feita a retificação para o nome do Sr. Antônio Pereira Matos
444 Neto, permanecendo, no entanto, a vaga do poder público em aberto. Pela Sociedade
445 Civil não houve alterações ou vacâncias, apenas a observação da necessidade de
446 inclusão de suplente pela Associação Comunitária Maria Aldina Rodrigues. Já em relação
447 aos Usuários de Água, ficou acordado que será analisada a resolução de criação da
448 Câmara, a fim de verificar a possibilidade de acrescentar novos representantes desse
449 segmento. Na sequência, Hiago destacou que essa situação não impede o andamento
450 das discussões sobre o Plano de Seca, uma vez que a ideia é que a Câmara Temática

451 seja reforçada por outros atores indicados, ampliando a capacidade de debate. Patrícia,
452 então, lembrou que a próxima reunião referente ao Plano de Seca do Vale ocorrerá no dia
453 09 de setembro, questionando se seria necessário encaminhar previamente os nomes
454 dos participantes. Daniele esclareceu que a equipe técnica elabora os convites, cabendo
455 ao Comitê direcioná-los às pessoas que compõem a Câmara Temática, mas reforçou que
456 a participação não é restrita, sendo o grupo apenas uma referência organizativa. Diante
457 disso, Patrícia perguntou à plenária quem teria interesse em compor o grupo ampliado,
458 ficando definidos os seguintes nomes: Fábio Rodrigo, do Distrito de Irrigação do Baixo
459 Acaraú; Adilson Barbosa, da Via Coco; e José Maria, da Cáritas Diocesana de Sobral. Por
460 fim, Patrícia destacou como último ponto da reunião a retomada do Plano de Bacia.
461 Relatou que, desde o início de sua gestão, foram encaminhados ofícios à COGERH e à
462 SRH solicitando a retomada do processo, manifestando o interesse da plenária do
463 Acaraú. Explicou que, nas primeiras reuniões após assumir a presidência, foi feita uma
464 contextualização histórica do Plano, desde sua elaboração até a interrupção, com base
465 em atas anteriores, e que qualquer membro pode solicitar cópias dessas atas para
466 esclarecimentos. Informou ainda que foi recebida comunicação oficial determinando a
467 retomada do Plano não como consulta, mas como encaminhamento, ao qual o Comitê
468 apenas deu ciência. Foi lido o ofício recebido, e, em seguida, Patrícia questionou a
469 plenária se haveria dúvidas ou se prefeririam aguardar um momento futuro, quando a
470 COGERH e o Cientista Chefe viessem apresentar a proposta. Na ocasião, Hiago pediu a
471 palavra e explicou que o Plano de Bacia é composto por três fases: diagnóstico,
472 prognóstico e plano de ação. Ressaltou que a fase de diagnóstico já havia sido aprovada
473 em 17 de fevereiro de 2022, e que o prognóstico (segunda fase) estava pronto para
474 apresentação no momento em que o processo foi paralisado. A retomada, portanto,
475 ocorrerá a partir desse ponto, com a apresentação do prognóstico para aprovação,
476 permitindo avançar para a terceira fase. Destacou ainda que o plano de bacia já foi
477 apresentado nas 11 regiões hidrográficas do Estado, todas finalizadas desde 2023. Então
478 Patrícia, para finalizar, como não houve nenhuma consideração da plenária, informou que
479 haveria, ainda naquele mesmo dia, a oficina de capacitação "Seca em Jogo". Em seguida,
480 destacou que, no dia 29 (sexta-feira), acontecerá uma reunião com o Secretário de
481 Recursos Hídricos, no município de Acaraú, ocasião em que o Comitê terá a oportunidade
482 de apresentar suas demandas diretamente ao gestor estadual. Sem mais nada a tratar,
483 eu, Genario Fonseca, responsável pela redação desta ata.